



**PROCESSO TC nº 01.554/20**

**RELATÓRIO**

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Social de Sumé, *Sra. Rita Dark da Silva Aquino*, concedendo aposentadoria voluntária com proventos integrais ao *Sr. Aluizio dos Santos*, matrícula nº 377, Jardineiro, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, que contava, à época, com 35 anos e 08 meses de tempo de contribuição e idade de 62 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

*Antônio Gomes Vieira Filho*  
Conselheiro - Relator

**VOTO**

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo [Portaria Nº 197] e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

*Antônio Gomes Vieira Filho*  
Conselheiro - Relator



Processo TC nº 01.554/20

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): *Aluizio dos Santos*

Órgão: Instituto de Previdência e Assistência Social de Sumé

Gestor Responsável: *Rita Dark da Silva Aquino*

Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadoria voluntária com proventos integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC nº 0949 / 2022

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do **Processo TC nº 01.554/20**, referente aposentadoria voluntária com proventos integrais do **Sr. Aluizio dos Santos**, matrícula nº 377, Jardineiro, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório [Portaria Nº 197], tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

**Publique-se, registre-se e cumpra-se.**

**TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 26 de maio de 2022.**

Assinado 27 de Maio de 2022 às 10:26



**Cons. Antônio Nominando Diniz Filho**  
PRESIDENTE

Assinado 26 de Maio de 2022 às 12:13



**Cons. Antonio Gomes Vieira Filho**  
RELATOR

Assinado 26 de Maio de 2022 às 16:10



**Elvira Samara Pereira de Oliveira**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO